



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**  
SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Câmara de Vereadores	
Nº	Publica
05	1

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 32/2020**

Data: 13/05/2020 - Página 1 de 1

**Matéria/ Ementa:**

Projeto de Lei nº 32/2020 que *"Autoriza a antecipação da concessão de férias aos servidores públicos municipais, durante o período de calamidade pública declarada em razão da pandemia de coronavírus (COVID-19), e dá outras providências"*.

**Relatório:**

O Poder Executivo, através do projeto de lei apresentado, requer autorização legislativa para conceder férias antecipadas aos servidores municipais, durante o período de calamidade pública ocasionado pela pandemia de coronavírus (COVID-19).

Justifica o pedido, principalmente em relação aos servidores da Secretaria de Educação que estão com o serviço suspenso.

As férias poderão ser concedidas mesmo que não haja transcorrido o período aquisitivo de 12 meses, com aviso ao servidor de no mínimo 24 horas de antecedência e em duas etapas, desde que, pelo menos o período de uma delas não seja inferior a 15 (quinze) dias.

**Fundamentação:**

É de competência privativa do Poder Executivo, iniciar o processo legislativo quanto a proposições que tratem da situação funcional dos servidores públicos, conforme previsão disposta no art. 46, incisos I e II da Lei Orgânica Municipal<sup>1</sup>

No entanto cabe salientar que deve ser analisada a situação de cada servidor, tendo em vista que há casos em que o trabalho poderá ser realizado de forma remota.

**Opinião:**


Assim, diante do exposto, é pela viabilidade técnica e jurídica do Projeto de Lei nº 32 de 2020.

  
**Ver. Olderes Maria Piazza Santin**  
Relatora

Voto do Presidente: **Aprova o Parecer**

  
**Ver. Rogério Carlos Fedrigo**  
Presidente

Voto da Revisora: **Aprova o Parecer**

  
**Ver. Marcos Antônio Marsaro**  
Revisor

<sup>1</sup> Art. 46. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

I – criação ou extinção de cargos, empregos ou funções públicas, que fixem ou aumentem os vencimentos ou vantagens dos servidores públicos, ou de qualquer modo, aumentem a despesa, ressalvadas as matérias reservadas à iniciativa privativa da Câmara Municipal de Vereadores;  
II – organização e situação de servidores do Poder Executivo;